

Financiar a economia verde é desafio

Por **Fernando Exman**

Bancos de fomento de todo o mundo aproveitaram ontem a realização da Rio+20 para discutir formas de aumentar a oferta de crédito a projetos verdes. O desafio é grande. Além de mobilizar investidores privados, os bancos de desenvolvimento precisam lidar com diretrizes governamentais que muitas vezes privilegiam o crescimento econômico e a promoção do consumo de combustíveis fósseis, em vez da sustentabilidade dos empreendimentos.

A reunião dos bancos ocorreu em meio a protestos de movimentos sociais e ONGs contra a construção de alguns dos grandes projetos de infraestrutura que recebem seus financiamentos e às negociações multilaterais sobre desenvolvimento sustentável.

Ontem, um dado divulgado pelo International Development Finance Club demonstrou que o esforço é de longo prazo. Em 2011, os 19 integrantes do IDFC aprovaram a liberação de US\$ 89 bilhões em linhas de "financiamento verde", cerca de 20% do total observado no período. A expectativa do IDFC é que tal cifra seja revisada para cima na reunião do grupo que está agendada para o fim do ano e será realizada em Tóquio, pois os bancos ainda não definiram uma metodologia única que determine o que é "financiamento verde". E, mesmo sem fixar metas, o grupo integrado por instituições latino-americanas, europeias, asiáticas e africanas informou que pretende aumentar nos próximos anos a oferta de linhas de crédito voltadas à chamada economia verde.

No caso do Banco do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), comentou o presidente Luciano Coutinho, tais desembolsos representaram aproximadamente 20% dos R\$ 139,7 bilhões liberados em 2011. Foram contemplados projetos nas áreas de energias renováveis, corredores urbanos, saneamento ambiental, eficiência energética e o Fundo Amazônia. Para Coutinho, os bancos de desenvolvimento podem "fazer a diferença" neste momento de crise financeira internacional ao adotar um comportamento anticíclico, aumentar a oferta de crédito e promover investimentos que visem o desenvolvimento de novas tecnologias voltadas ao aumento da competitividade das energias renováveis e à eficiência energética.

"O aspecto da inovação tecnológica é chave para induzir novos padrões e novas práticas que poupem a emissão de carbono", afirmou o presidente do BNDES, durante entrevista coletiva da diretoria do IDFC.

O presidente da entidade e do banco alemão KfW Bankengruppe, Ulrich Schröder, contou que o estoque de financiamentos do IDFC representa 80% dos cerca de US\$ 2 trilhões dos ativos financeiros de todos os bancos de desenvolvimento do mundo. "O financiamento verde não é contraditório ao crescimento. É uma condição", destacou.

Em um seminário sobre o tema realizado na sequência na sede do BNDES, representantes de outros bancos foram além. O diretor-executivo do Banco Japonês de Cooperação Internacional (JBIC), Hiroshi Watanabe, defendeu que projetos com metas de redução de emissões de carbono recebam condições melhores de financiamento. "É uma espécie de incentivo, de indução", sublinhou o executivo, no evento promovido à margem da Rio+20.

O diretor-geral da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), Dov Zerah, deu outro exemplo de medida concreta voltada à promoção de projetos sustentáveis. Segundo ele, na área de geração de energia elétrica, a AFD não financia usinas nucleares. Apenas projetos de energia eólica e solar recebem apoio. "Impulsionar os investimentos do setor privado é essencial para nós", comentou o francês.

Outro desafio enfrentado pelos executivos dos bancos de fomento estatais ou regionais deverá ser conciliar decisões governamentais não sustentáveis ao plano de impulsionar a economia verde. Wang Yuan, diretora-geral do Banco de Desenvolvimento da China (CDB), por exemplo, contou que a instituição tenta influenciar o "ambiente" responsável pelas definições das políticas do país. Schröder fez o contraponto, afirmando que evita misturar as estações: "Quando eu começar a falar em público sobre questões políticas, eles vão querer me dizer como dirigir um banco".

Para o presidente-executivo do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), Enrique Garcia, cabe também à iniciativa privada evitar que as questões ambientais só sejam analisadas depois da conclusão dos projetos de engenharia de empreendimentos de infraestrutura. "Você precisa de um estudo de viabilidade técnica que tenha desde o início a questão ambiental."